

2013

Orçamento Impositivo: debates e deliberação



Orçamento impositivo: debates e deliberação¹

Introdução

A política, como sabemos, é orientada para a ação. O discurso político é primariamente argumentativo e, de forma mais específica, envolve primordialmente arrazoamento prático ou argumentação prática, gêneros argumentativos (deliberação) e tipos de atividade (debate), como afirma Fairclough (2012). A argumentação prática — núcleo do discurso político — é uma **argumentação** sobre **o que fazer** em **resposta a problemas** práticos. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 11.) Assim, apreender o sentido do discurso político significa compreender a sua estrutura argumentativa, persuasiva. E apreender o sentido do discurso político significa compreender a realidade social.

Este texto busca fazer a análise de dois discursos parlamentares referentes à aprovação, em segundo turno, na Câmara dos Deputados, da PEC 565/2006, que trata da execução obrigatória, pelo Poder Executivo, das emendas individuais dos Parlamentares. Buscamos analisar um discurso realizado na Comissão Especial (destinada a emitir parecer sobre a PEC, de 11.06.2013) e o outro, na sessão do Plenário que aprovou em segundo turno a referida proposição (Sessão 246.3.54.0, de 27/08/2013). Utilizaremos, como dados primários, os textos de discursos parlamentares registrados pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Esses discursos, em sua forma escrita, vão permitir a análise dos recursos linguísticos e semióticos e das estruturas argumentativas das referidas manifestações legislativas.

Na análise do discurso proferido na Comissão Especial, utilizaremos algumas categorias da teoria da argumentação, especificamente as que estão contidas no livro de Fairclough (FAIRCLOUGH, 2013). A **argumentação** é um **gênero** cuja meta é **persuadir** o interlocutor a respeito da **validade da uma afirmação**, e uma estrutura argumentativa é composta de premissas e de conclusões retiradas dessas premissas. Vamos utilizar a teoria da argumentação para analisar os debates da Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre a PEC 565/2006. Lembremos que os debates são muito vivos em Comissões, especialmente naquelas que analisam proposições e, portanto, é relevante a análise da estrutura argumentativa desses debates, compostos de manifestações que visam ao convencimento.

¹ Análise elaborada por Maria Lílían de Medeiros Yared - DETAQ - Seção de Análise de Discursos.

Para a análise do discurso proferido em plenário, realizado na sessão extraordinária do dia 27.08.2013, vamos utilizar **categorias referentes ao sistema de avaliatividade**. Podemos observar que, no Plenário, os discursos são mais voltados à manifestação de apreciações, juízos e, especialmente, à manifestação do sistema de afeto, subsistema da avaliatividade.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 A audiência pública na Comissão Especial

A Comissão Especial, destinada a proferir parecer sobre a PEC 565/2006, teve uma audiência pública realizada em 13/06/2013, com a presença de especialistas em orçamento, com representantes e auditores do Ministério do Planejamento e do Tribunal de Contas da União, além dos Parlamentares. Foram realizados vários debates sobre o tema da criação de um orçamento impositivo para as emendas individuais.

Esta audiência teve a duração de 2h13min, de acordo com os dados do **Departamento de Taquigrafia**, que realizou o **registro e a construção textual** dos debates. Dentre os debatedores parlamentares, a maioria alegava a questão da necessidade de maior autonomia do Legislativo frente ao Executivo. Os especialistas alegavam que o orçamento da União já tem um orçamento bastante engessado, frente às vinculações para educação, saúde, etc.

2.2 A sessão deliberativa nº 246.3.54.0

A PEC 565/2006 foi votada em segundo turno na Câmara dos Deputados em 27.08.2013 (sessão 246.3.54.0). Caso seja transformada em artigo constitucional, após as possíveis mudanças quando for ao Senado e voltar à Câmara, vai garantir a execução orçamentária das emendas individuais dos Deputados.

A sessão de votação durou 1h27min, segundo dados do DETAQ. Durante a discussão da matéria, houve somente manifestações favoráveis, com a alegação de que a aprovação da PEC 565/2006 representará o resgate da credibilidade do Parlamento. Mesmo o presidente já tendo colocado a matéria em votação, as manifestações parlamentares ainda buscavam em parte o convencimento para se votar a favor da matéria, com a justificativa básica de que a proposição aprovada é a valorização do Poder Legislativo. Tal posicionamento foi realizado linguisticamente com o sistema de atitude, apreciação e com os processos relacionais.

3 METODOLOGIA

Vamos analisar dois discursos, escolhidos aleatoriamente, pelo sistema de pesquisa em discursos do Departamento de Taquigrafia, Coordenação de Histórico de Debates. Escolhemos um discurso proferido na sessão plenária (sessão 246.3.54.0), do

Deputado Izalcy, do PSDB do Distrito Federal, e outro discurso proferido na audiência pública da Comissão Especial, do Deputado Ricardo Berzoini, do PT de São Paulo.

Utilizaremos as seguintes categorias de análise: estrutura argumentativa, sistema de avaliatividade, com atitude, julgamento e apreciação. Nossa base teórica será a Análise de Discurso Crítica, de Fairclough, e o Sistema de Avaliatividade, de Martin. As categorias de análise serão: dentro do sistema de avaliatividade: afeto, julgamento, metáfora; dentro do sistema de configuração argumentativa, trabalharemos com as construções utilizadas para a persuasão, como o sistema de valores e a expressão das consequências negativas.

4. Análise do Discurso proferido em Plenário

A seguir, analisaremos o discurso do Deputado Izalci. Os trechos ressaltados mostram as realizações linguísticas relativas ao sistema de avaliatividade.

Quadro 1 – Discurso do Deputado Izalci

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a partir de hoje, fico **muito animado** em instalar a Frente Parlamentar em Defesa do Fortalecimento do Legislativo. Achei até que nós não conseguimos avançar nesses temas. **Quero parabenizar** V.Exa. em função dessa matéria da emenda impositiva. É evidente que, se vivêssemos num país em que os governantes fossem mais republicanos, não haveria necessidade de aprovar esse projeto. Particularmente, quando visitei a SRI, Secretaria de Relações Institucionais, conheci um sistema de cruzinha e xisinho. Para cada discurso que se faz aqui contrário ao Governo, tem um xisinho. Se falar bem, uma cruzinha. Isso interfere diretamente na liberação das emendas. Então, pelo menos desse artifício, dessa forma de pressionar os Parlamentares com relação à votação nesta Casa, nós, a partir de agora, ficaremos livres, porque o Governo, **escancaradamente**, utiliza as emendas de Parlamentares como forma de coagir os Parlamentares na votação. Então, **quero parabenizar** V.Exa. Eu sei que é um compromisso que V.Exa. assumiu com os Parlamentares. V.Exa. sabe, inclusive, que não o apoiei, mas o admiro. Se a votação fosse hoje, com certeza, votaria em V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Gostei do registro, Deputado.

O SR. IZALCI - Pode aumentar mais 1 minuto, Sr. Presidente. Quero também, Sr. Presidente, **parabenizar a Câmara**, principalmente os seus servidores, pelos demais programas que têm sido lançados aqui na Casa para **valorizar o Parlamento**.

Nós estamos aqui recebendo 54 professores, dois professores de cada Estado, em missão parlamentar, missão pedagógica. É importante que esses professores, que estão conhecendo a Casa e vão ficar aqui uma semana, possam transmitir para os alunos o que acontece de fato nas Comissões, no plenário, nos trabalhos desta Casa. Além disso, aqui também temos a Câmara Mirim, no ensino médio, o Parlamento Jovem, e agora também a Politeia no curso universitário. Então, realmente, resgatamos há pouco a questão dos vetos. Há 12 anos não se votavam os vetos, e a resolução que aprovamos resgata realmente esta Casa. O Poder Legislativo passa a ser a última palavra em legislação.

Sr. Presidente, já quero aproveitar e pedir a V.Exa. para que possamos também começar a votar a prestação de contas dos Governos. Há mais de 10 anos que não se vota nesta Casa a prestação de contas. Precisamos fazer isso. Então, começamos a resgatar realmente aquilo que é

obrigação do Parlamentar, que é fiscalizar, legislar e acompanhar de fato o que ocorre não só aqui nesta Casa, mas também no Executivo.

Com relação às emendas impositivas, acredito que agora, com esse tratamento republicano, independentemente se é Oposição, se é Governo, os Parlamentares poderão cumprir aquilo que prometem nas suas bases.

Realmente, é **muito constrangedor** para os Parlamentares que visitam suas bases. Eles criam uma expectativa **muito grande** com seus Prefeitos, com a comunidade daquele Município. Depois que é apresentada a emenda, normalmente, são feitas audiências públicas, há **muita festa** comemorando essas emendas, mas, na hora da liberação, existe **certa dificuldade**.

Portanto, a aprovação desse projeto hoje vai **resgatar um pouco mais** o papel do Parlamentar, vai dar **mais credibilidade** ao Parlamentar junto às suas bases, porque, agora, aquilo que será prometido, aquilo que será colocado no Orçamento será obrigatoriamente executado.

Então, **quero aqui parabenizar** não só o Presidente, mas também todos os Líderes dos partidos que, com **grande capacidade**, com essas reuniões que foram promovidas, conseguiram avançar na pauta não só da Câmara, mas também do Congresso Nacional. Parabéns, Sr. Presidente! Parabéns, todos os Líderes! Parabéns, Parlamento brasileiro!

Muito obrigado.

Observamos, no discurso do Quadro 1, várias realizações linguísticas do **sistema de atitude**, proposto por Martin, teórico do discurso. Como os sentimentos são construídos linguisticamente? De acordo com J. Martin, existe um **sistema semântico-discursivo** denominado de **atitude**. Esse sistema envolve regiões cobrindo o que tradicionalmente é referido como **emoção, ética e estética**. Martin define a dimensão **emotiva** do significado como “**afeto**” (MARTIN, 2006, P. 42.). Os afetos podem ser negativos ou positivos. Além disso, nossa sanção ou desaprovação em relação ao comportamento dos outros pode ser realizada por meio do sistema semântico discursivo de **julgamento**. Normalmente, em termos “ortodoxos”, os afetos são realizados linguisticamente pelos adjetivos, mas podem ser realizados também por adjuntos modais, os normativamente denominados advérbios de modo. Os julgamentos podem ser realizados por expressões de congratulações ou por metáforas, etc. A seguir, daremos um quadro das realizações linguísticas do sistema de avaliatividade utilizado no discurso analisado.

Quadro 2 – Formas e realizações linguísticas. Fonte: Autora

Formas linguísticas	Categorização no sistema de avaliatividade	Função
“Fico muito animado ”	Afeto positivo com gradação de força	Exibir contentamento diante do provável resultado da deliberação.
“ Quero parabenizar a V.Exa.”	Afeto positivo com modalização volitiva (quero)	Ressaltar o julgamento positivo dos atos do

	Julgamento: atitude sobre o comportamento, aquilo que admiramos ou criticamos, elogiamos ou condenamos.	Presidente da sessão.
“o Governo, escancaradamente , utiliza as emendas de Parlamentares como forma de coagir os Parlamentares na votação	Afeto negativo realizado linguisticamente pelos adjuntos modais (advérbios de modo)	Mostrar indignação contra o comportamento do Executivo.
“Quero também, Sr. Presidente, parabenizar a Câmara, principalmente os seus servidores, pelos demais programas que têm sido lançados aqui na Casa para valorizar o Parlamento ”	Afetos realizados linguisticamente com verbos como parabenizar e valorizar.	
“Realmente, é muito constrangedor para os Parlamentares que visitam suas bases.	Julgamento negativo com força.	Demonstrar a desaprovação da consequência negativa de não se ter um orçamento impositivo para emendas individuais.
. Eles criam uma expectativa muito grande com seus Prefeitos, com a comunidade daquele Município”	Julgamento positivo com força.	Argumentação realizada para realçar a falha no compromisso, quando a emenda individual não é executada.
“Depois que é apresentada a emenda, normalmente, são feitas audiências públicas, há muita festa comemorando essas emendas, mas, na hora da liberação, existe certa dificuldade ”	Julgamento positivo com gradação de força. Julgamento negativo com modalização. (Tem relação com a metafunção interpessoal da linguagem.)	Fazer um contraste entre a criação da expectativa e a seguinte frustração da expectativa, para criticar a não execução da a emenda individual.
“Portanto, a aprovação desse projeto hoje vai resgatar um pouco mais o papel do Parlamentar, vai dar mais credibilidade ao Parlamentar junto às suas bases (...)”	Apreciação positiva com modalização (gradação)	Mostrar que o resgate da credibilidade do parlamentar é parcial ainda.
“Então, quero aqui parabenizar não só o Presidente, mas também todos os Líderes dos partidos que, com grande capacidade (...)”	Julgamento positivo de comportamento, com modalização e referencial dêitico de lugar. Julgamento (estima social) com gradação e força	Mostrar a admiração que sente pelas lideranças da Câmara dos Deputados.
“Parabéns, Sr. Presidente! Parabéns, todos os Líderes! Parabéns, Parlamento brasileiro!”	Julgamento positivo (estima social) com gradação de força pelo processo de repetição	Reiterar e ratificar o apoio político à deliberação a ser possivelmente alcançada.

A preocupação do orador foi externar discursivamente a sua aprovação, com julgamento positivo, da ação do Presidente; a sua estima social ao Parlamento e a seus líderes, com expressões que mostravam a competência do Legislativo. A preocupação primeira não era a de convencer o Plenário a votar a favor, mas enaltecer e elogiar o Parlamento e seus agentes políticos, com a pressuposição de uma deliberação pela aprovação,

5 ANÁLISE DOS DEBATES NA COMISSÃO ESPECIAL destinada a examinar a PEC 565/2006 728/2013; DATA: 13.06.2013.

O discurso político está voltado para a ação: o que fazer diante de tais e tais e tais circunstâncias. Em sua estrutura argumentativa prática, o discurso político mostra razões para justificar o que deve ser feito e suas premissas visam a persuadir sobre o que deve ser feito. A argumentação, portanto, diz respeito a questões não de fatos, mas a questões relacionadas a valores e à regulação da ação, daquilo que é mais desejável de se fazer. A seguir apresentamos o discurso do Deputado Ricardo, na Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a PEC 565/2006.

Quadro 2 – Discurso do Deputado Ricardo Berzoini, na Comissão Especial destinada a emitir parecer à PEC 565/2006, na reunião de 11.06.2013.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores expositores, para quem não estava na reunião da CCJ, que aprovou a admissibilidade dessa PEC, lembro que ressaltai o meu ponto de vista pessoal e divergi da bancada do meu partido, que votou contra a admissibilidade. Acho que não há como questionar que essas PECs são admissíveis, ainda que o Governo possa ter uma posição de que há inconstitucionalidade.

A minha visão sobre a separação dos Poderes e a postura de harmonia entre eles é um pouco diferente. Acho que cabe, sim, no texto constitucional, estabelecer critérios para a execução orçamentária, como parte do processo de definição de regras gerais, e cada um dos Poderes pode cumprir a sua missão institucional dentro desse processo de organização orçamentária. Tanto isso é verdade que temos vários mandamentos constitucionais que se referem à confecção e à execução do Orçamento. No meu entendimento, não há inconstitucionalidade.

Mas eu disse que há muito mais, conhecendo o que estava por trás deste debate, do que a mera imposição das emendas individuais. Eu falo com tranquilidade, porque sou daqueles Deputados que não têm nenhum preconceito quanto a emenda individual. Acho que, lamentavelmente, um setor da imprensa tem. Muita gente fora do Parlamento, sem entender o que é a formação da legitimidade de cada mandato, acaba tratando emenda parlamentar ou como foco de corrupção - que existe, como existe corrupção em qualquer outro setor da sociedade; o importante é combater, o importante é minimizar a corrupção, ou, se possível, eliminá-la, tarefa um pouco mais difícil, como sabemos -, ou trata como se fosse uma questão paroquial: Ah, o Deputado colocou uma emendinha lá para a sua paróquia. Ora, não é paróquia, é a comunidade! O respeito que o Deputado tem pelas relações que construiu ao longo de uma vida política, que

não é uma vida simples de construir, a relação de representatividade é o que conjuga vários elementos, como a defesa de ideias, a credibilidade, a legitimidade das teses que defende, a correção da sua postura em relação ao patrimônio público, e o fato é que ele é também um canal de comunicação entre as pequenas, médias e grandes comunidades.

Eu sou da Capital de São Paulo, e não trato somente do Município de Bananal, pequeno Município do Vale do Paraíba, o último do Estado de São Paulo antes do Rio de Janeiro, nem apenas do Município de Santo Antônio do Aracanguá, que fica perto de Araçatuba, Município de grande extensão territorial e pequena população, como trato também de Capão Redondo, Campo Limpo, do meu bairro da cidade, e Pedreira, que tem 400 mil habitantes e 290 mil eleitores. Ou seja, não trato de maneira diferente o pequeno Município até a grande comunidade. Todos precisam de investimento, todos precisam de política pública, e a emenda parlamentar é um instrumento democrático de alocação de recursos. O que pretende o Parlamento, na minha avaliação? Discutir como a emenda parlamentar se qualifica como instrumento democrático. Na minha opinião, discutir meramente a imposição desqualifica. Por quê? Porque cria uma ideia de que queremos apenas não ter de debater com o Poder Executivo a execução daquilo que consideramos importante. Digo isso com a tranquilidade de quem quando na Oposição pensava assim; sendo Situação, também penso assim. Sou daqueles Deputados que acha que ser Situação não é dizer sim, senhor. Fui Ministro, presidente de partido, e como Parlamentar trabalho com a ideia de que o melhor governista é aquele que aponta erros e expõe divergências em momentos adequado, para depois até votar por disciplina, votar junto com a orientação do partido. E aqui é o momento do debate, este é o momento de explicitar o nosso ponto de vista. Então, analisando aqui, nós temos 16 PECs sob exame, com conteúdo muito diversificado, desde a que encabeça a lista, que é decorrente de uma briga do então Senador ACM, falecido, com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Eles brigaram, e ACM, em retaliação, apresentou essa PEC. Disse que ia acabar com esse negócio de o Governo pôr o Parlamentar de joelhos por causa de emenda individual.

Então, há uma história aqui. Não estamos discutindo sem história. Sim, são coisas do passado, e não vamos esquecer que estamos no presente. Exatamente, estamos no presente. E tanto o Deputado Pedro foi Ministro da Presidente Dilma Rousseff como eu fui Ministro do Presidente Lula. Então, nós vemos os dois lados do balcão, com toda a qualidade, e às vezes a falta de qualidade é que preside essa relação. Então, o que nós estamos discutindo aqui, na verdade, é o seguinte: como é que se qualifica essa relação? Se for para aprovar só a imposição, na minha opinião, isso desqualifica; se for para criar um critério que não deixe o Executivo tão senhor do processo de execução, isso qualifica; e se for para discutir que as emendas tenham uma preferência, um critério para execução, porque vinculadas a programas e a projetos prioritários do Governo, isso qualifica. Afinal, o Parlamento foi eleito com o voto popular. Temos o voto popular para sermos do Legislativo. E, se há outro Poder que não tem voto popular, esse deve apenas cumprir sua função judiciária.

Para encerrar, porque já estou extrapolando o tempo, acredito que deveríamos procurar - aliás, tenho certeza de que o nosso nobre Relator, capacitado que é para fazer esse trabalho, vai procurar - um texto que permita estabelecer uma nova relação de maior qualificação. Se perguntarem qual é agora, digo que não tenho a proposta acabada, mas acho que a linha de raciocínio é trabalhar com a ideia de que a mera imposição passará uma mensagem para a sociedade de que nós estamos cuidando dos nossos interesses, estamos legislando em causa própria, embora não seja em causa própria, seja em causa de reivindicações justas. Na imensa maioria dos casos são reivindicações importantes de Municípios, ou de bairros ou de regiões do Estado que representamos. Se pudermos estabelecer um critério qualitativo nesse processo, para podermos, inclusive, justificar politicamente uma eventual mudança constitucional como um aperfeiçoamento real, e não apenas a resolução de uma briga entre Executivo e Legislativo ou uma medida de interesse pessoal nosso, eu acho que nós daremos um passo fundamental para este debate chegar a um bom termo.

Tenho certeza de que o Governo terá sensibilidade para avaliar dessa forma e evitar qualquer tensão entre Situação e Oposição nesse caso. Não é um assunto que foi demandado prioritariamente pela Oposição. Não é um assunto de que na Situação haja unanimidade de entendimento. No meu partido há vários entendimentos. Há PEC aqui de Parlamentar do PT. Eu acho que nós poderemos construir a solução nesta Comissão, desde que tenhamos tranquilidade para fazê-lo. Aqui ninguém pode ter posição fechada, de maneira antecipada, sobre esse processo de negociação, para se chegar a um bom resultado. Obrigado, Sr. Presidente.

Fonte: Sistema da Taquigrafia.

O discurso que visa ao convencimento e à persuasão para influenciar no resultado deliberativo tem uma estrutura argumentativa clara, como é o caso dos discursos que ocorrem nos debates de Comissões Especiais destinadas a emitir parecer sobre proposições apresentadas. Vamos ver agora a estrutura argumentativa do discurso, de acordo com o quadro proposto por Fairclough (2012), que foi por nós adaptado.

Quadro 3 – Estrutura argumentativa do discurso do Deputado Ricardo Berzoini. Adaptado de Fairclough, 2012.

Metas	Garantir a aprovação de um texto legal para a execução do orçamento para emendas individuais que não signifique somente uma imposição ao Poder Executivo.
Reivindicação/alegação	A aprovação da obrigatoriedade de execução da emenda individual não deve ser estabelecida como uma estratégia para se evitar discutir com o Executivo, sob pena de prejudicar a imagem dos agentes políticos.
Valores:	A defesa da autonomia do Legislativo, com sua consequente valorização, e a defesa da harmonia entre os Poderes.
Circunstâncias:	Impasses entre Executivo e Legislativo na execução orçamentária de emendas individuais; necessidade de valorização do Legislativo.
Meios para atingir a meta	Aprovar o texto final do relatório relativo à obrigatoriedade da execução da emenda individual .
Argumentação	A mera imposição ao Executivo desqualifica; não deixar o Executivo tão senhor do processo de execução qualifica. Vincular emendas a projetos prioritários do Governo qualifica.
Consequências positivas:	Maior independência do Parlamentar frente ao Executivo e maior autonomia do Legislativo, mantendo a harmonia entre os Poderes

Podemos observar, de acordo com a estrutura argumentativa, que esse discurso visa a ratificar a necessidade de se manter a harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo, evitando imposições por parte do Legislativo ao Executivo, porém mantendo a autonomia do Legislativo, com a sua consequente valorização. O orador deseja apoiar a aprovação da obrigatoriedade da execução da emenda individual como um instrumento democrático e não como um instrumento para pressionar o Executivo ou para ser usado em benefício pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estilos dos oradores e consequentemente os recursos linguísticos por eles utilizados podem variar de acordo com o campo específico das práticas sociais onde o discurso foi proferido. Uma manifestação parlamentar proferida em Plenário, em uma votação na qual já há um acordo prévio sobre a deliberação da matéria, tem uma tendência maior de se caracterizar pelo uso de avaliações, positivas ou negativas; do uso de modalizadores e de metáforas que evoquem certa emotividade; de expressões que indiquem julgamento com sanção social, com manifestações de aprovação ao comportamento de outros agentes políticos ou do Parlamento como um todo. O estilo será mais emotivo, mais elogioso.

Já os discursos proferidos em Comissões Especiais destinadas a analisar propostas de emendas à Constituição, existem longas horas de debates, e os discursos ali proferidos normalmente se caracterizam por debates mais técnicos, com uma estrutura argumentativa mais complexa, uma vez que, nesse caso, os rumos do resultado da deliberação ainda não foram definidos e, sendo assim, o discurso possivelmente visará sobretudo à persuasão, com o uso de mecanismos argumentativos complexos.

Segundo Fairclough, estudioso do discurso, o estilo, como um dos significados textuais, é uma categoria social e linguística. O estilo do autor/orador vai depender da finalidade do discurso e de sua relação com determinadas práticas sociais. O estilo de um orador não é totalmente fixo e pode sofrer alterações de acordo com o local em que o discurso foi proferido. Assim, a função social de toda expressão discursiva parlamentar vai determinar em parte as escolhas lexicais e outros recursos linguísticos que darão forma ao texto final, como evento multideterminado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Discursos e notas taquigráficas. Disponível em < <http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/Izalci> > e disponível em: < <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/Berzoini> >. Acesso em 22.10.2013.

FAIRCLOUGH, N e FAIRCLOUGH I. - Political Discourse Analysis – A method for advanced students.

MARTIN, J. R. e WHITE, P. R.R. – The language of evaluation – Appraisal in English. New York: Palgrave, Macmillan, 2005.

Banco de Discursos da Taquigrafia

www.camara.leg.br/bancodediscursos

analisedediscurso@camara.leg.br

Coordenação de Histórico de Debates, Anexo II, subsolo, Câmara dos Deputados

Brasil - Brasília-DF

